

## O escravismo criminoso no Brasil

HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR\*

**Resumo:** Entende-se que o escravismo criminoso deve ser tratado como um dos fenômenos sociais mais importantes da história do Brasil. Nessa imigração forçada um dos relevantes fatores foi a experiência civilizatória anterior das sociedades africanas. Os africanos que aqui aportaram trouxeram conhecimentos decisivos para a Empresa de Exploração Invasora Portuguesa no Brasil. Neste texto procuramos apresentar a justa valorização do passado histórico africano e das realizações deste na sociedade brasileira. Nesse contexto, tivemos como principal finalidade refletir acerca das origens da mão de obra africana empregada no escravismo, considerando a complexidade de conhecimentos transportados e a organização do trabalho de africanos e seus descendentes. Compreendemos que a incorporação dessa temática aos estudos da história sociológica brasileira contribui para a mudança das referências sobre ensino da história da população afrodescendente com relação às visões eurocêtricas e racistas apresentadas pela história oficial nacional conservadora.

**Palavras-chave:** Escravismo criminoso; imigrações forçadas africanas; herança africana na formação do Brasil; africanidade e afrodescendência.

### Criminal slavery in Brazil

**Abstract:** It is understood that criminal slavery should be treated as one of the most important social phenomena in the history of Brazil. In this forced immigration one of the relevant factors was the previous civilizing experience of African societies. The Africans who landed here brought decisive knowledge to the Portuguese Invading Exploration Company in Brazil. In this text we seek to present the fair appreciation of the African historical past and its achievements in Brazilian society. In this context, our main purpose was to reflect on the origins of African labor employed in slavery, considering the complexity of knowledge transported and the organization of the work of Africans and their descendants. We understand that the incorporation of this theme into the studies of Brazilian sociological history contributes to the change of references on teaching the history of the Afro-descendant population in relation to the Eurocentric and racist views presented by the official conservative national history.

**Key words:** Criminal slavery; forced African Immigration; African heritage in the formation of Brazil; Africanity and Afro-descent.



\* HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR é Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Membro do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência – IPAD.

### **As razões deste arrazoado de ideias**

O termo escravidão criminoso é utilizado como conceito semântico de importância para as populações negras na produção da história do Brasil (CUNHA JUNIOR, 2021). Utilizamos a concepção de escravidão criminoso como forma de combatermos as simplificações da explicação do processo escravista na sociedade brasileira e a naturalização pela história oficial desse fenômeno histórico.

Tanto quanto não consideramos conceitualmente adequado pensar que os europeus, especialmente os portugueses, colonizaram o Brasil. Destacamos que invadir, matar, escravizar, produzir genocídios e estupros não é colonizar. Essas ações constituem empresas de expropriação invasoras dos lugares. Portanto, o que é geralmente denominado como colonização portuguesa do Brasil fica aqui compreendido como Empresa de Exploração Invasora Portuguesa.

Para o entendimento do processo de colonização brasileira tomamos a perspectiva conceitual do intelectual negro e líder sindical socialista (não marxista) Manoel Querino que entende que os africanos são os verdadeiros colonos do Brasil, pois são os responsáveis pela transferência de conhecimentos necessários para a formação social, além de terem influenciado significativamente o povoamento dos lugares (QUERINO, 1918).

Diante do contexto, objetivamos com esse artigo, refletir acerca das origens da mão de obra africana empregada no escravidão, considerando a complexidade de conhecimentos transportados e a organização do trabalho de africanos e seus descendentes. Compreendemos que os

africanos e afrodescendentes possuíam conhecimentos e especialidades de mão de obra que não eram encontradas em Portugal, nem nas sociedades indígenas, e que foram fundamentais para o sucesso da economia do Brasil. Desse modo, é um grande erro da sociedade, considerar o trabalho realizado por essa população como simples emprego da força física e nada além dela, como indica o historiador Caio Prado Júnior.

O sistema escravista sofreu imensa resistência pelas populações de africanos e afrodescendentes. Esta resistência é explicitada pelo expressivo número de quilombos e de revoltas realizadas pela população escravizada. Mas o sistema do escravidão sobreviveu em razão de um imenso processo repressivo à base de inúmeros enforcamentos e massacres de africanos que a história oficial trata de maneira superficial e sem profundidade.

A própria Lei Áurea, editada em 13 de maio de 1888, foi resultado de um grande movimento abolicionista com amplas nuances anteriores e posteriores ao dia abolição. Ressalta-se que a Abolição realizada decorreu de leis e ações conservadoras e com consequências profundas para a população negra e para sociedade brasileira até a atualidade, por manter profundas desigualdades entre as populações negras e brancas.

A manutenção de uma história superficial acerca da população negra se dá, dentre outros caminhos, pela educação escolarizada. Através de histórias mal contadas sobre o escravidão criminoso é que as crianças aprendem a desgostar das supostas origens do seu povo e a maldizer a sua própria cultura e os seus próprios antepassados.

A imigração forçada de africanos, transformados em escravizados aqui, é o maior e mais significativo fenômeno social, econômico, populacional, cultural e político da história brasileira e possivelmente da história da humanidade. Durante três séculos e meio, milhões de africanos aprisionados na África aportaram em terras indígenas (depois denominadas como brasileiras) trazendo parte da experiência civilizatória africana para edificação da sociedade do atual Brasil. Entende-se que os consideráveis conhecimentos que os africanos trouxeram foram fundamentais para a empreitada portuguesa de construção da Empresa de Exploração Invasora Portuguesa no Brasil.

O clima tropical e a existência de solos lateríticos, ricos em minérios de ferro, são comuns ao Brasil e ao continente Africano, o que facilitou a atuação dos africanos no território brasileiro. Os conhecimentos africanos de vivência em regiões tropicais e de solo de laterite foram essenciais para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e mineração aqui realizados. Além da mão de obra especializada em diversas áreas de trabalho ocorreu a importação de muitos produtos africanos, em tal proporção que mesmo a flora e a fauna brasileira foram africanizadas (CUNHA JUNIOR, 2010). Em razão desse fato, consideramos que a formação da economia brasileira foi uma imensa consequência dos conhecimentos africanos, apesar de ser fator ideológico eurocêntrico de parte dos historiadores brasileiros a omissão desse enorme aporte de conhecimentos (CAMPOS, 2005; ARAÚJO, 1988).

Na literatura conservadora eurocêntrica o sistema de produção criminoso é apresentado de forma natural como se a natureza tivesse criado pessoas predestinadas, pelo que erradamente se supõe serem as suas culturas primárias ou inferiores a outra, a condição de escravizados e outras que naturalmente tivessem, também pela sua suposta cultura erradamente considerada como mais evoluída, destinada a condição de escravizadores e considerados em virtude da ideologia racista como superiores (HOLANDA, 1936).

Este movimento ideológico que se deu em torno das culturas e que produziu uma situação amplamente desfavorável para população africana e afrodescendente na sociedade brasileira no passado escravista, serviu para justificar a criminalidade europeia, de considerarem que pessoas negras não eram seres humanos e de produzirem uma herança vil onde, na contemporaneidade, a população negra é vista como inferior e de origem incivilizada. Ademais, no período do pós-abolição as populações negras não foram indenizadas e nem houve reparações através de políticas públicas, pelo contrário a nação brasileira financiou ampla política de imigração e de suporte aos imigrantes europeus na sociedade brasileira (BARROS, 2021).

A informação equivocada e racista sobre as populações africanas e acerca da cultura africana precisam ser removidas dos meios de informação e difusão da cultura no Brasil. Como também faz-se necessário rever a contribuição da população negra na formação histórica brasileira e entender que a constituição econômica brasileira é uma imensa consequência da colonização africana no Brasil (QUERINO, 1918).

A discussão desses temas, presentes na sociedade brasileira e que produzem as grandes desigualdades sociais entre as populações negras e brancas, inclui-se entre as formas de combate ao racismo antinegro. Um dos fatores importantes nesse processo de desconstrução do racismo estrutural é perceber a necessidade de repensarmos o escravismo como criminoso e injustificável.

### **As origens africanas da mão de obra empregada pelo escravismo criminoso**

Para compreendermos as origens das populações africanas transportadas para o Brasil e aqui transformadas em escravizados precisamos recorrer à história do continente africano e entender os marcadores de desenvolvimentos dos povos africanos em relação aos europeus (OLIVER; FANGAN, 1975).

A história da humanidade é inaugurada pela existência da escrita. Pelo menos 4000 anos antes da era cristã, o Egito no continente africano, já dispunha de escrita hieroglífica. Os Estados Núbios, abaixo do Egito, também há pelo menos 2000 anos antes da era cristã já tinham desenvolvido as suas escritas em hieróglifos distintos dos egípcios. A escrita etíope de língua Aramaica, denominada como Ge'Es foi concebida no mesmo período que a escrita dos Núbios (CUNHA JUNIOR, 2007).

No norte africano e através do deserto do Saara há cerca de 900 anos antes do cristianismo se desenvolveram várias escritas, como é o caso do Tifani dos povos Tuaregues (CUNHA JUNIOR, 2013). Nos anos 700 da era cristã existiu a grande expansão do Islã no continente africano e com ela a difusão da escrita árabe por muitas regiões. Assim podemos dizer, que quase todos

os povos do continente africano conheceram formas de escrita antes da vinda para o Brasil depois de 1500.

Comparativamente, temos que a Europa através da Grécia inicia a escrita de forma tardia, em aproximadamente 900 anos antes da era cristã. Portanto em termos de escrita na maior parte da história da humanidade a África esteve mais avançada que a Europa. Apenas depois dos processos de invasões destruidoras europeias e de escravização dos africanos é que a África entrou em forte declínio histórico e ficou subdesenvolvida com relação à Europa. As invasões destruidoras aparecem na literatura como “colonização europeia” na África, como se os europeus tivessem tirado o continente da ignorância e ensinado alguma coisa importante, e não foi o que realmente ocorreu. O historiador da Guiana Walter Rodney (RODNEY, 1975) em seu livro “Como a Europa subdesenvolveu a África” explica bem este fenômeno histórico implantado depois dos anos de 1600 no continente africano e que resultou no estado atual de subdesenvolvimento econômico do continente.

Na história do ocidente a ideia de civilização aparece com a construção de cidades e vilas com organizações de Estado e comércios. O desenvolvimento das técnicas de construção, vestuário e produção demarcam o que habitualmente é pensado como civilização. Antes da era cristã, amplas regiões africanas se enquadravam nessa categoria de populações civilizadas (CUNHA JUNIOR, 2022).

Alguns fatores tecnológicos são também definidos como fatores de civilização e estão ligados à existência da produção de metais e ferramentas metálicas. Podemos afirmar que em todo o continente africano, por volta do

século XII, todos os povos produziam instrumentos de ferro (HUFFMAN, 1970).

A difusão do comércio de longa distância, a produção de tecidos, de tapeçaria e a exploração da mineração do ouro e do sal representaram fenômenos demarcadores de civilização bastante intensos em todo o continente africano entre o século VII e o XIV ou seja, bem anterior à presença europeia no continente africano como invasores e predadores (ABU-LUGHOD, 1991).

Os africanos trazidos em imigrações forçadas para o escravismo criminoso eram originários de sociedades com diversos graus de desenvolvimentos sociais e econômicos e detentores de conhecimento nas diversas atividades humanas de produção e do comércio. A denominada mão de obra africana não era tosca e desprovida de conhecimentos como a maioria da população pensa e nem constituída de povos selvagens, vivendo em tribos incivilizadas e realizando a sobrevivência em estágios, somente de caça e coleta (CUNHA JUNIOR, 2015).

Podemos afirmar que muitos dos povos africanos estavam no ano de 1600, bem mais adiantados em conhecimentos tecnológicos e organização social que a maioria dos povos europeus. A escravização das populações é pensada de maneira errada, ou seja, que faz parte das leis evolucionistas que os mais aptos dominam os menos aptos e que os africanos teriam sido dominados pelos europeus por serem de culturas inferiores.

Essa afirmativa não tem respaldo quando comparamos a evolução histórica dos continentes. O escravismo criminoso é resultado da violência empreendida pelos europeus contra os africanos, apenas pela capacidade de

imposição da força e do domínio da guerra. Não se trata de consequência dos estágios civilizatórios ou de domínio de conhecimentos ou de estágio das culturas. São errados os argumentos que pensam o problema do escravismo e da origem dos escravizados como um problema cultural.

Podemos afirmar que este gênero de explicação faz parte de uma ideologia racista, uma ideologia que divide as populações humanas em raças, estas divididas em inferiores e superiores. Esse posicionamento foi um erro da ciência eurocêntrica racista e das teorias racistas que se propagam na literatura até os dias atuais com sérias consequências para as populações negras do mundo.

#### **A organização do trabalho escravista criminoso**

Durante os períodos da formação do Brasil, denominados pela história oficial como colônia e império, todas as formas de trabalho eram realizadas pelos escravizados e descendentes destes, sendo que o trabalho em todas as suas formas transformou-se como “coisa de negro” durante todo esse período histórico (CUNHA JUNIOR, 2015).

Em todas as partes do país existiram trabalhadores de origem africana, em todos os períodos históricos, produzindo ao longo dos séculos uma população largamente majoritária de descendentes de africanos em todas as regiões do país, antes da abolição deste sistema de produção em 1888. Em todos os lugares do país onde houve atividade econômica e de circulação de riqueza, através das estradas e rios, existiu a formação de uma população negra. A história realizada por historiadores eurocêntricos ou racistas deixa de reconhecer este fato apesar de que

muitas cidades no Brasil têm a sua formação realizada por populações negras, a exemplo do município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2018) e Juiz de Fora em Minas Gerais (BATISTA, 2015).

Há também, cidades que contam as suas histórias oficiais como se fossem decorrentes do projeto migratório realizado pelo governo brasileiro nos séculos XIX e XX, cuja finalidade era o branqueamento da sociedade por meio da incorporação de populações europeias ao território. Exemplo desse fato é o município de Natividade-RJ, onde persiste uma historiografia eurocentrada que afirma que foram os imigrantes italianos os verdadeiros propulsores das transformações locais, incluindo o desenvolvimento econômico. Esses entendimentos são errados e fantasiosos, e almejam a eliminação da população negra como importante na produção do território e na construção das cidades (SOUZA; CUNHA JUNIOR, 2019).

As culturas africanas se difundiram em todas as partes do país e em cada localidade sofreu adaptações e modificações em função dos tipos de produção, das matérias primas disponíveis e dos mercados incidentes sobre a região. As particularidades dos denominados ciclos de produção extrativista e agropecuário, tais como a mineração, o gado, a cana de açúcar, cacau, algodão, fumo, dendê, camanho, fibras naturais, das diversas madeiras e pedras propiciaram uma diversidade de mão de obra nas várias regiões. Também, a imigração forçada africana trouxe consigo a flora e a fauna africana que modificaram de maneira significativa a brasileira. Muitos dos espécimes vegetais tidos como brasileiros por diversas pessoas, como o coqueiro, a mamona e o feijão preto,

são originários do continente africano. Outras plantas muito comuns no Brasil, como o cajueiro, o amendoim, algodoeiro e mamoeiro também são comuns em diversos países africanos e compõem parte da cultura agrícola daqueles países, assim como no Brasil (CUNHA JUNIOR, 2010-2).

As formas de transporte e comercialização de produtos levaram a formação de tropeiros para o trabalho terrestre, conduzindo mulas e bois, como também os seres humanos como carregadores. Produzindo uma imensa malha de caminhos e estradas que implicavam em pontos de abastecimento no cruzamento dos rios. Sendo que desses surgiram os pousos e as vilas dos caminhos, todas com populações majoritárias de africanos e indígenas. No transporte fluvial e marítimo houve a presença constante de canoeiros, marujos e navegadores de origem africana aplicando a arte de construir embarcações de acordo com as tecnologias africanas.

Os saveiros que interligaram a costa brasileira foram da mesma construção dos saveiros do rio Níger e do Nilo, com idênticos sistemas de velas e navegação. Mesmo os saveiros realizados em Portugal são herdeiros do conhecimento levados por africanos para aquele país desde o século VII da era cristã, quando das invasões mouras. No século XV foram resultado das pilhagens das cidades africanas da costa oriental e do aprisionamento de africanos pelos portugueses (CLARK, 1970; CASSON, 1964).

A produção de alimentos como a rapadura, farinha, arroz, feijão, milho, óleos comestíveis, banha de porco, carne de charque, a carne de baleia, o óleo de baleia, todos produtos de ampla utilização no passado africano são encontrados com a mesma forma de

produção e uso na sociedade escravista brasileira. Muitos dos tipos de milho e farinha tido como de origens indígenas no Brasil também são encontrados em larga escala nos países africanos (CHERNIWCHAN; MORENO-CRUZ, 2019; CASCUDO, 2004; QUERINO, 1957).

As produções de tecidos e do couro na sociedade brasileira provém de uma longa tradição da tecelagem e arte do curtume nas sociedades africanas (CUNHA JUNIOR, 2010). O domínio da tecelagem na África data do uso do algodão e do linho desde a época dos faraós no Egito antigo. O gado, curtume e couro fizeram parte da riqueza de exportação de muitos reinos africanos desde a chamada idade média na história europeia (CUNHA JUNIOR, 2010). Reinos europeus como a França, Portugal e Espanha foram importadores destes produtos e depois da tecnologia dos países africanos em períodos anteriores à revolução industrial. Entre os séculos XVI e XVIII as regiões de Guiné e Cabo Verde exportavam tecidos e algodão cru para Portugal e Países Baixos (CARREIRA, 1983).

Portanto, no período do escravismo criminoso, as populações do Brasil, tanto de escravizados quanto pessoas de baixa renda, se vestiam com tecidos produzidos da mesma forma que nas sociedades africanas. Além disso, a mão de obra da navegação, desde a construção até a operação dos barcos era de africanos e descendentes (DUARTE, 2012; CASSON, 1964).

A produção de lenha e de azeite para a iluminação constituiu a base da produção de energia para todas as atividades da indústria, comércio e do uso doméstico. Além da lenha, a transformação desta em carvão compôs a base para produção da siderurgia do ferro. Existiu uma imensa

especialização de ferreiros no Brasil escravista (BRITTO, 2011).

As ferramentas de ferro e utensílios de cobre no Brasil, eram em primeiro lugar importadas do Congo e depois foram fabricadas por africanos em território brasileiro. A metalurgia brasileira foi em primeiro lugar a dos engenhos de ferro, denominação dada à manufatura do ferro, africana e posteriormente europeia (CAMPOS, 2005). As técnicas metalúrgicas africanas foram superiores às europeias até o ano 1800, aproximadamente (DANIELI NETO, 2006).

A contribuição dos povos africanos também pode ser vislumbrada nas atividades urbanas, a exemplo da construção dos edifícios, das escadarias de madeira, decoração e mobiliário. Na arte sacra muitos dos artistas importantes eram descendentes de africanos (AGUIAR, 2000). No campo da música clássica o período do escravismo criminoso revelou grandes músicos negros como Padre Mauricio, Tranquilino Bastos e José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita (1746-1805) (SOUZA; LIMA, 2007). O ofício de músico era considerado trabalho e como tal, ofício de negros, que deu lugar à existência de orquestras compostas somente por negros.

As variadas atividades urbanas, como distribuição de água, produção e venda de hortaliças e legumes, cocheiros e charreteiros, açougueiros, pescadores e comerciantes de peixe, produtores de doces e guloseimas vendidos por mulheres de tabuleiro e toda sorte de trabalho feito por empreitada pelos trabalhadores do canto. As atividades profissionais eram organizadas em grupos de canto que ficavam à espera de contratadores nas praças e lugares determinados da cidade (COSTA, 1991).

Eram trabalhadores que podemos classificar como semi-livres, sendo os grupos compostos por escravizados de ganho. Estes, agenciavam o seu próprio trabalho, eram autônomos em relação aos escravizadores e somente pagavam a eles uma cota semanal em dinheiro. Nas cidades portuárias existia uma dezena de atividades ligadas à conservação e equipamentos dos navios que empregavam escravizados de ganho e outros escravizados. Sendo essa, uma das facetas da mão de obra especializada em embarcações que não é apresentada na história do Brasil tanto quanto como realização importante da população negra (CUNHA JUNIOR, 2010, 2007).

A manufatura têxtil e a produção do couro (nas suas diversas modalidades e usos) constituíram dois setores de produção de grande relevância na formação econômica, principalmente do Nordeste brasileiro, que receberam diminuta atenção dos historiadores. Um primeiro aspecto a destacar é que as manufaturas têxteis e da produção de couro fizeram parte da história dos povos africanos desde a antiguidade das civilizações do rio Nilo. Eram amplos os conhecimentos técnicos dos africanos nesse campo antes da vinda forçada para o Brasil, e por essa razão foram os implantadores desses conhecimentos na civilização brasileira (CUNHA JUNIOR, 2010). Se atentarmos para as figuras iconográficas e para as fotografias do período do escravismo criminoso veremos nelas roupas e utensílios de couro muito parecidos com os utilizados em regiões do continente africano. Essa é uma forma de comprovação da transferência dessas manufaturas para o Brasil através dos africanos (KARASCH, 2000; CARREIRA, 1983).

A produção do açúcar é outro exemplo que carece de uma análise mais ampla que a executada nos livros de história e pelos clássicos da literatura brasileira (PRADO JÚNIOR, 2006; PORTO, 1959; HOLANDA, 1936). Vemos em um sistema como o da produção do açúcar uma diversidade de especializações e divisões do trabalho. Um engenho de cana-de-açúcar para produção de açúcar e rapadura possuía de 1000 a 1500 trabalhadores que nas diversas funções trabalhavam desde o início da produção, com a preparação do solo e o plantio de mudas.

Ainda, durante o longo período de crescimento da cana era preciso capinar o mato e tomar conta do canavial. Uma vez a cana madura, implicava em corte e transporte desta em carros de bois e mulas para o local da moenda. As propriedades tinham um grupo de pessoas cuidando dos animais em geral, principalmente dos bois e mulas da tração animal e dos cavalos para montaria. Existia também a necessidade de trabalhar o couro para produção de arreios. Em alguns engenhos os bois, mulas e cavalos de tração e montaria eram da ordem de uma centena.

O engenho para a moagem da cana era uma grande instalação em madeira que necessitava de carpinteiros e marceneiros para a sua construção e manutenção. Feita a moagem da cana, o caldo extraído precisa de vasilhas de metais, em cobre ou latão, para serem armazenadas, existindo assim alguma atividade de funilaria. Na sequência da produção havia o cozimento do caldo e a cristalização do açúcar, que é um processo químico que para obter bom resultado, ou seja, um açúcar de qualidade, depende do especialista, que era africano.

Ainda para o cozimento, necessitava que a fornalha fosse alimentada com lenha em grande quantidade, o que resulta na atividade de lenhadores. Concluído esse processo, o açúcar precisava ser resfriado em potes de barro, necessitando do trabalho de oleiros para produção dos potes. Ainda, o açúcar era encaixotado e as caixas de madeira eram também produzidas no engenho. Por último o açúcar em caixas tinha que ser transportado em lombo de mulas até o porto, isto realizado pelos tropeiros.

Quanto às atividades na mineração, essas também implicavam na organização da produção através de diversas especializações. Desta maneira, se fizermos uma análise das formas de trabalho, da sua organização em especialidades e conhecimentos empregados podemos valorizar de forma justa a contribuição africana na formação do Brasil. Entende-se que esta vai muito além de apenas a força física, contradizendo o que lamentavelmente afirmou o historiador Caio Prado Junior (PRADO JÚNIOR, 2006).

À vista disso, entende-se que um dos problemas existentes na educação brasileira na produção de narrativas sobre o escravismo criminoso é que não há aprofundamento na descrição das formas de trabalho e na complexidade de organização da produção. Dizem apenas “o negro foi escravo”. Afirmativa infeliz e despossuída de maiores informações sobre a vida da população negra em demais contextos históricos e sem um aprofundamento do significado do sistema de escravismo criminoso no Brasil. Deixa a compreensão de que todos os negros na história da humanidade foram escravos além de naturalizar esta condição do sistema de produção e generalizar para toda a população negra. Portanto

utilizamos a denominação de escravizado para caracterizar o processo transitório e nada natural (CUNHA JUNIOR, 2007).

As histórias oficiais são acrílicas sobre o modo de produção escravista criminoso e simplificam em demasia os processos de trabalho, separam o pensar do produzir, o fazer do conhecimento e não mostram a variedade de profissões e especializações dos africanos e depois, dos afrodescendentes. Introduzem o tema do trabalho escravizado como se fosse coisa de gente ignorante e que apenas obedecia ao chicote do feitor, tornando assim o trabalho como coisa simples e indigna. Omitem a complexidade do trabalho e dos conhecimentos necessários para produzi-lo. Retiram o valor dos conhecimentos trazidos pelos africanos para a sociedade brasileira.

Assim, na forma que é organizada a história oficial do Brasil, quanto ao trabalho dos africanos e afrodescendentes e o seu ensino, torna-se impossível que os alunos entendam o valor civilizatório dos africanos para a formação do Brasil e a importância dos conhecimentos que foram transmitidos para sociedade brasileira. Dizem: o índio não deu para escravidão e trouxeram os negros e não é dito que a formação da sociedade indígena não continha as especializações de trabalho que a produção da Empresa Invasora Portuguesa precisava e, portanto, por razões de conhecimentos profissionais impuseram a imigração forçada de africanos.

Nesse quesito, apresentam também justificativas erradas e confusas sobre as razões de terem empregado mão de obra africana ao apontarem que o africano foi adequado para o escravismo, pois estava acostumado a este sistema na África. Como alguém se acostumar a um

sistema tão desumano? Essa deveria ser a primeira reflexão sobre as afirmativas dos historiadores conservadores sobre o que foi e é transmitido pela história oficial brasileira. O fato de os africanos chegarem acorrentados e serem açoitados barbaramente é uma evidência que eles não mostraram passividade diante da escravização.

Muitos outros problemas de interpretação e de explicação a despeito da origem e da forma de escravização estão presentes na educação brasileira, entre esses está a afirmativa de que existia a escravidão na África e que por isto o escravo africano transferido para o Brasil se adaptou ao sistema. No entanto, a rebeldia, as lutas nos quilombos e a procura constante pela liberdade demonstram que os africanos não se adaptaram ao sistema do escravismo criminoso. No mesmo período histórico existiam sistemas servis no continente africano da mesma forma que existia na Europa e na Ásia, sendo que a existência deste sistema de produção servil ou denominado de escravidões doméstica, não se configura como justificativa para existência do sistema de escravismo do Brasil com mão de obra africana.

Existe também nas denominações dos sistemas servis existentes na Europa e na África uma diferença de semântica produzida pelo eurocentrismo. O que é denominado de sistema servil na Europa é apresentado como escravidão na África. Essa troca de nomes não se justifica e somente pode ser explicada pelo uso de ideologias que pretendem apresentar a Europa como mais civilizada que a África, o que também não é verdade. Caso pensássemos nos processos de domínio do conhecimento técnico e desenvolvimento econômico dos povos como processo civilizatório, as civilizações africanas foram, desde

4000 anos antes da era cristã até 1600 da era cristã, mais avançadas que as civilizações europeias (DIOP, 1967).

Isso é fácil de demonstrar vendo a história da escrita na humanidade, das tecnologias da produção do ferro, mesmo do domínio da navegação fluvial e marítima, das grandes construções e da realização de cidades. Durante milênios da história da humanidade as realizações africanas precederam as europeias (DIOP, 1967), fatos esses que não são apresentados e apreendidos.

Outra perigosa explicação que aparece para justificar o escravismo criminoso sofrido pelos africanos no Brasil é que seriam os africanos menos desenvolvidos e até mesmo menos inteligentes que os europeus. Utilizando as ideias de Darwin que os espécimes mais aptos superam os menos aptos, então seria natural a dominação europeia sobre os africanos (PRADO JÚNIOR, 2006; HOLANDA, 1936). Esta justificativa, embora esdrúxula e de pouco nexos crítico, é fonte para formação de uma mentalidade racista produzida nos textos da denominada literatura clássica sobre a formação social brasileira.

Também é racista a justificativa que vem pelo viés da má interpretação dos textos da religião cristã. Como nos textos bíblicos tem os herdeiros de Can, destinados à maldição do escravismo, associam essa passagem à população negra sendo que a maldição surge de um fato entre dois irmãos que têm a mesma origem, portanto a mesma cor de pele, sendo assim os fatos não se dariam entre populações africanas e europeias. Portanto, não temos porque pensar que existiria uma maldição sobre a população negra. Pensar nesta existência de maldição como desígnio da população negra não é nada religioso

é apenas mais uma consequência de fatos do racismo antinegro (MACEDO, 2001).

Em resposta a esses equivocados entendimentos, o movimento negro vem atuando no sentido de tornar obrigatória a abordagem dos temas de interesse da população negra, que promovam esclarecimentos sobre os fatos históricos e restaurem a dignidade humana na percepção da população negra. Entretanto este ensino renovado tem sido motivo de boicote e desvios com relação a sua importância e necessidade. No intento de descriminalizar a Europa e os europeus pelo crime do escravismo criminoso no Brasil, as novas versões da história tentam responsabilizar os africanos pelo sistema dizendo, de maneira simplificada que os reinos africanos vendiam seu povo para o sistema escravista, porém esse processo não pode ser generalizado para todo o continente, nem para todos os períodos da história africana e europeia.

Na maioria dos países as formas de aprisionamento foram por invasões de territórios e pela formação de exércitos mercenários pelos europeus para atacar as cidades e vilas africanas. Um exemplo importante é o que ocorreu em toda a costa do oceano Índico, onde existiu até a chegada dos portugueses, uma série de grandes cidades e estados comerciantes. Havia cidades importantes e bem desenvolvidas, com rica arquitetura e grandes palácios, com amplas instalações portuárias e centros comerciais, contudo sem exércitos. Os europeus destruíram e saquearam todas aquelas cidades e também aprisionaram a população e os levaram como escravizados primeiro para Portugal, depois para as ilhas da Madeira e por fim para o Brasil. Esses relevantes fatores de reflexão precisam ser

acrescentados às afirmações de venda. O problema não seria apenas de quem vende, mas principalmente de quem compra, usa, tira proveito e enriquece com o sistema de exploração miserável (CUNHA JUNIOR, 2003).

O escravismo criminoso e o conhecimento das suas formas de trabalho levam a compreensão da cultura dos africanos e afrodescendentes e a não reduzi-los a imagens de pessoas ignorantes vindas de selvas incivilizadas como a forma que as histórias sobre as origens eram apresentadas, induzindo a uma visão errada sobre as populações africanas e afrodescendentes. Visões desinformadas da realidade e sobre as quais se estruturaram parte do pensamento racista antinegro no Brasil.

### **A formação do povo brasileiro**

Quando falamos de escravismo criminoso podemos ter em mente que durante aproximadamente 400 anos se elaborou a formação do povo brasileiro, numa situação de maioria de população negra com rígida vigilância, dominação e violência por parte da minoria de população branca. O processo de formação do povo brasileiro é de constante e extrema violência, marcado por trabalho compulsório, açoites, torturas, pressões psicológicas, assassinatos e enforcamentos, um sistema de produção criminoso. Todas as cidades brasileiras tinham as praças do pelourinho, o lugar onde amarravam as vítimas do sistema escravista para a punição e açoite em praça pública e a praça da força, onde matavam por enforcamento os que de alguma forma se rebelassem contra o sistema ou contra os escravizadores.

A punição era também uma forma de coação, demonstrando para os demais as consequências da desobediência. Os enforcamentos e açoites é uma das partes que a história do Brasil oficial ignora com o propósito de mascarar a consciência social sobre as reais condições da formação do povo brasileiro. Faz-se necessário um levantamento documental sobre as praças da força nas cidades brasileiras e sobre os enforcamentos e fuzilamentos que existiram até o início da república, para obtermos outra dimensão do que foi a formação social do Brasil (HIDALGO, 2008).

A história oficial trata a formação do povo brasileiro como um sistema ameno e de grande conciliação entre os grupos sociais. Existe a premissa que a nossa escravidão foi branda e usam como argumento que os europeus até se miscigenaram com as escravizadas criando um ambiente de harmonia racial. Apontamento que contradiz qualquer senso crítico. Como imaginar que um sistema de encarceramentos e privações da liberdade possa ser ameno? Se assim fosse, não teríamos tantos instrumentos de tortura nos museus e nem um número elevado de massacres de populações negras ainda pouco documentados pela história oficial, esta, trabalha com a questão da formação do povo brasileiro através da fantasia das três raças. Fantasia, visto que as realidades das relações sociais existentes nunca aparecem na história oficial.

A história social trata da formação do povo brasileiro utilizando o conceito de raça biológica. Declara que somos formados pela união das três raças, o índio, o negro e o branco. Retira as proporções desta população e as iguala. Não diz que em um engenho de produção de açúcar viviam mais de

1000 escravizados controlados por duas ou três dezenas de brancos.

Dado a especificação das três raças, a história brasileira passa para os processos de mestiçagem, pensado como contato espontâneo entre os grupos de indivíduos, como um fato natural e pacífico. Como se não tivesse havido a violência do estupro, sequestro e assassinato na relação da índia com o branco. Sendo que a mesma coisa ocorreu em relação a mulher negra, colocada com a designação de mucama da casa grande, como se os processos de “contacto” fossem apenas no conforto da casa grande. Ressalta-se, não se estar afirmando que houve apenas relações violentas, mas sim que não existiu um clima de harmonia e respeito mútuo entre os grupos que formaram a sociedade brasileira. A formação do povo brasileiro foi um processo de muita violência concreta e simbólica. Não existiu a união das três raças e, no entanto, existiu a mestiçagem. Muitas vezes o filho da escravizada com o escravizador foi vendido pelo pai como escravizado, ou foi menos explorado como escravizado na mesma propriedade (MOLINA, 2018).

### **A preparação da abolição**

Falar da abolição do escravismo criminoso no Brasil é coisa complexa, comporta toda a formação do Brasil moderno e conservador. A abolição do escravismo é um grande processo de luta social, no qual o grupo dominante perde a batalha e não perde o poder. A estrutura de poder foi mantida, a dominação continua sem as correntes presentes no escravismo criminoso, havendo também alguma modernização das leis e operando um capitalismo racista (CUNHA JUNIOR, 2008).

O Brasil foi um dos poucos países das Américas no qual a abolição do escravismo criminoso foi realizada separada do processo de independência nacional. Como o pensamento dominante era regrado pelas teorias de raça inferior e superior, o contexto da abolição não se afastou desse pensamento retrógrado e racista e o grupo dominante promoveu a entrada de europeus empobrecidos e analfabetos através das cotas de imigração com o principal intuito de embranquecer o país. O dito tema de "melhorar a raça brasileira".

A imigração trouxe uma leva de população rejeitada da Europa, faminta e analfabeta, mas valorada pela cor da pele e apoiada pelo Estado Brasileiro. O capital social no Brasil foi conferido ideologicamente ao imigrante europeu. Eles foram considerados mais preparados para tudo, sem serem. Considerados mais bonitos, mais organizados, mais trabalhadores, mais cultos e até mesmo mais inteligentes e a população negra foi rebaixada à violência constante do despejo social. Foi obrigada a viver sem políticas sociais específicas, sem indenizações ou proteções de direito pelo trabalho acumulado.

O escravismo criminoso enriqueceu os criminosos e depois da abolição a justiça não foi realizada e os direitos não foram outorgados. Houve propostas por parte de abolicionista de reparação e suporte do Estado à população ex-escravizada que deveria receber, pelo menos, terras para trabalhar. Mas não receberam, tiveram que trabalhar em terras de outros, sem nada que fosse de direito a receber, caracterizando o caso que chamamos de "plantar como meeiros", ou seja, colocar todo seu trabalho para o dono da terra e receber

apenas metade da produção (SILVA P, 2018).

Pensar a abolição do escravismo criminoso na linha de formulação atual, dentro de uma perspectiva pan-africana, representa reelaborar um grande cenário de pelo menos um século. Começando, pelo menos, 50 anos antes de 1888 e terminando 50 anos depois. Os anos anteriores, estruturaram um grande número de quilombos e revoltas em todo o país, as quais o exército brasileiro tem dificuldade em debelar. O exército e as milícias das cidades tiveram dificuldade em reprimir os diversos insurgentes e a sociedade branca vivia em pânico com medo das revoltas e ações da população negra.

Com a guerra do Paraguai entre 1872 e 1874 o exército brasileiro deixou de ter como tarefa a destruição dos quilombos e a contenção das revoltas da população negra e tornou-se um exército de combate a outro exército. Numa sociedade com a maioria da população negra, com grande parcela de escravizados e semi-escravizados, o exército brasileiro tornou-se compulsoriamente um exército de negros. A população branca não lutou na guerra do Paraguai. A maior parte das tropas brasileiras era de escravizados que foram levados acorrentados até o campo da batalha e depois libertados para lutarem e morrerem pela pátria. Depois da guerra, parte do exército foi desfeito, entretanto restaram os negros treinados para a guerra e parte deles ainda como oficiais do exército. Nesse contexto, o escravismo criminoso tinha grande dificuldade em ser mantido. O exército não era mais voltado para "caçar negros". A abolição do sistema de produção do escravismo criminoso tornou-se uma condição para barrar uma revolta ampla da população negra, entre

escravizados e livres (COSTA, 1996; CHIAVENATO, 1988).

Não foi a presença da modernização capitalista que obrigou a execução da abolição do sistema infame de produção do escravismo criminoso e muito menos a vontade da Inglaterra, mas sim o clima pré-revolucionário da população negra que produziram pressão sobre a sociedade. A abolição foi uma conquista desta população, sem, contudo, conquistarmos a mudança das estruturas de poder. Mudou a forma de trabalho, sem mudar a forma de poder e de propriedade da terra e dos meios de produção em geral (ALONSO, 2015).

Nos 50 anos após a abolição se desenhou um lento processo de migração. A população negra saiu das zonas rurais para as cidades em busca de emprego, em razão da dificuldade de vida em terras de antigos escravizadores. Ao longo do século XX, foram, paulatinamente se urbanizando e industrializando, mantendo sempre a população negra segregada em bairros negros. Houve também nos centros urbanos o massacre físico e mental da população negra, controlada pelos grupos dominantes, gerando um grande e problema social, o racismo antinegro, entendido como um fenômeno de natureza estrutural que manteve a desigualdade social entre as populações consideradas negras e as consideradas brancas. Nas áreas dos empregos e nos setores mais lucrativos do trabalho, a população negra foi substituída pelos europeus e descendentes destes. Os mecanismos de exclusão social parcial da população negra foram aperfeiçoados. (CUNHA JUNIOR, 2008). Esse é também um problema social que a população ainda reluta em compreender e mais ainda em resolver.

### **As consequências da abolição conservadora**

As consequências da abolição na forma em que foi realizada, a saber, sem políticas públicas de proteção da população negra e com a implementação de políticas baseadas na eugenia, produziram tentativas de extermínio das populações negras por diversas razões, como condições sanitárias, fome e trabalhos insalubres, além de condições de vida sempre difíceis e com grandes desigualdades sociais. As diferenças de oportunidades de educação e trabalho foram mantidas pelo racismo antinegro produzindo sempre vantagens para as populações brancas resultantes da imigração europeia (CUNHA JUNIOR, 2021).

As políticas de imigração produziram uma grande substituição da mão de obra nacional, composta de maioria negra e parcialmente substituída pela imigrante. Imigrantes expulsos pela miséria de lugares de grande atraso na Europa figuraram como supostos símbolos de progresso no Brasil e obtiveram grande promoção social em relação ao que deveria ser destinado por direito, às populações negras. No processo imigratório foram realizadas políticas de cotas de promoção da imigração. Políticas essas que produziram a hierarquia econômica entre os trabalhadores negros e brancos na república no Brasil (BARROS, 2021).

Como resultado das condições sociais precárias e da existência do racismo antinegro é que surgiram os movimentos sociais da população negra desde o início do século XX atuando na defesa dessa camada da população (CUNHA JUNIOR, 2003). Estes movimentos produziram uma imensa história política de lutas sociais contra o racismo e de melhoria das condições de

vida das populações negras (CUNHA JUNIOR, 2021).

Dentre as difíceis condições produzidas no período histórico referente ao pós-abolição do escravismo criminoso no Brasil, encontra-se a situação das populações negras rurais de quilombos, as quais encontram, até a atualidade, dificuldades de acesso a terras e aos seus direitos sociais inscritos na constituição de 1988 (SANTOS, 2021).

### Conclusões

O escravismo criminoso é um modo de produção implantado no Brasil e na América completamente diferente dos demais processos de escravização ocorridos na história da humanidade, e que implicou na vinda de milhões de africanos para durante três séculos e meio produzirem a colonização do país. Processo que criou o subdesenvolvimento da África e o desenvolvimento da Europa. O continente africano foi subdesenvolvido pela retirada da população, pelas matanças realizadas pelos europeus e pelos constantes saques das riquezas existentes. Foram dois grandes processos de dominação em paralelo, ambos criminosos, as invasões, dominação de territórios africanos, e o escravismo nas Américas.

A mão de obra africana carregou para o Brasil todo conhecimento técnico, cultural e científico desenvolvido por milhares de anos no continente. Participação que a história clássica e oficial do Brasil não apresenta nos currículos escolares e nos meios de divulgação da cultura brasileira.

A formação do povo brasileiro é um processo complexo que tem como principal característica a violência das classes dominantes de origem europeia e o protagonismo de africanos e descendentes. A história oficial

brasileira precisa de uma grande revisão para dar a dimensão da participação de africanos e afrodescendentes e fazer uma justa avaliação da condição da população negra ao longo de todo o processo histórico. O ensino de história e pesquisa sobre esta história requer ser precedido pelas formações em história e cultura africana, ter-se em profundidade a compreensão da história brasileira e do papel de protagonistas desempenhados pelas populações negras, na figura de africanos e afrodescendentes.

Reforçar o conceito de escravismo criminoso como sistema de dominação, sistema baseado em todas as formas de violência e ações criminosas, é necessário para uma justa compreensão dos processos de formação da história brasileira.

### Referências

- ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350. USA*: Oxford University Press, 1991.
- AGUIAR, Nelson. *Mostra do descobrimento: Arte Afro-brasileira*. São Paulo: Associação Brasil 500, Bienal de São Paulo, 2000.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARAÚJO, Emanuel. *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenege, 1988.
- BARROS, Marcelo César Vital de. *Racismo e migração: um olhar sobre as políticas migratórias e as teorias raciais de branqueamento na República Velha*. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. *Clubes Sociais Negros: lugares de memória e identidade*. 2015. 213f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2015.

- BRITTO, Maura Silveira Gonçalves de. *Com Luz de ferro: Práticas do ofício nas Minas do ferro escravistas, século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Ouro Preto, 2011.
- CAMPOS, Guadalupe. *Estudos arqueologia metalúrgica de artefatos metálicos recuperados nos sítios históricos do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento. PUC- RJ, 2005.
- CARREIRA, Antonio. *Panaria Cabo Verde – Guineense*. Instituto Cabo Verdeano do Livro, 1983.
- CASCUDO, Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global 2004.
- CASSON, Lionell. *Illustrated History of Ships and Boats*. New York: Doubledy and Company. 1964.
- CHERNIWCHAN, Jevan; MORENO-CRUZ, Juan. *Maize and precolonial Africa*. Journal of Development Economics. Volume 136, January 2019, Pages 137-150.
- CHIAVENATO, Júlio. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Círculo do livro, 1988.
- CLARK, Leon. *Through African Eyes: Cultures in Change*. Volume III: *The African Past and the Coming of the European*. New York: Frederick A. Praeger, Publishers, 1970. Pages 62–67.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX*. Caderno CRH. Suplemento, p. 18-34, 1991.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. Campinas: Editora Hucitec – Unicamp, 1996.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Movimento de Consciência Negra na Década de 1970. *Educação em Debate (CESA/UFC)*, Fortaleza, v. 2, n.46, p. 47-54, 2003.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. O Etíope: Uma escrita africana. *Revista Educação Gráfica*, v. 11, pp. 1-10, 2007.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Os negros não se deixaram escravizar. *Revista Espaço Acadêmico*, 2007.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. *Política Democrática (Brasília)*, v. 7, p. 118-127, 2008.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU. *Revista Espaço Acadêmico*. v. 9, p. 81-92, 2010.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010-2.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tifinagh: uma escrita africana antiga e transaariana*. Fortaleza: (palestra sobre escritas africanas.) Fortaleza - UFC. 2013.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Arte e tecnologia no tempo do escravismo criminoso. *Revista Espaço Acadêmico*, 2015.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Bairros negros uma discussão necessária no ensino da sociologia no ensino médio*. Anais do ENASEB... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75727>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Escravidão Criminoso: a lógica da população negra libertadora da dominação ocidental*. Fortaleza: Faculdade de Educação: Notas de aula. Disciplina História dos Afrodescendentes. 2021.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. URBANISMO AFRICANO: 6000 mil anos construindo cidades (uma introdução ao tema). *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 371-382, 2022.
- DANIELI NETO, Mario. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Sorocaba, São Paulo, 1765-1895)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- DIOP, Cheikh Anta. *Antériorité des civilisations nègres: mythe ou vérité historique?* Paris: Présence africaine, 1967.
- DUARTE. Ricardo Teixeira. *Maritime History in Mozambique and East Africa: The Urgent Need for the Proper Study and Preservation of Endangered Underwater Cultural Heritage*. Journal of Marine Archaeology. 2012.
- HIDALGO, Luciana. *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*. São Paulo: Annablume. 2008.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1936.
- HUFFMAN, Thomas. The Early Iron Age and the Spread of the Bantu. *The South African Archaeological Bulletin*, 25(97), June, 1970.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. *SIGNUM: Revista da ABREM*, v. 3, p. 101-132, 2001.

MOLINA, Diego. Luiz Gama. A vida como prova inconcussa da história. *Estudos Avançados*, 32 (92), 2018.

OLIVER, Roland; FANGAN, Brian. *Africa in the Iron Age*. Cambridge Press, 1975.

PORTO, Costa. *O pastoreio na formação do Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUERINO, Manuel. *A arte culinária da Bahia*. Livraria Progresso Editora, 1957. (Obra póstuma).

QUERINO, Manuel. *O colono preto como fator da civilização Brasileira*. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815/13416>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SANTOS, Marlene Pereira dos. *Tecendo africanidades como parâmetros para educação quilombola e do campo*. 2021. 375 f. Tese

(Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SILVA, Renata Aquino da. *Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades*. 2018. 155f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2018.

SILVA, Thauana Pires da. *Dinâmica do trabalho rural no norte do Tocantins: Meeiros*. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

SOUZA, Fernando Prestes de.; LIMA, Priscila de. Músicos negros no Brasil colonial: trajetórias individuais e ascensão social (segunda metade do século XVIII e início do XIX). *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, p. 30 – 66, 2007.

SOUZA, Márcia Aparecida de; CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros e suas formações na cidade de Natividade-RJ. In: *Bairros negros cidades negras*. CUNHA JÚNIOR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreira (Orgs.). Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2019.

Recebido em 2022-10-24  
Publicado em 2023-10-20